

Relatório de Administração de 2022

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas apresentadas a seguir são demonstrações contábeis resumidas e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da companhia demanda a leitura das demonstrações contábeis individuais e consolidadas completas auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas completas auditadas, incluindo o respectivo relatório dos auditores independentes, estão disponíveis nos seguintes endereços eletrônicos: a) https://www.gazetasp.com.br

Balanco Patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais - R\$)

Table with columns for Contadora and Consolidado for 31/12/2022 and 31/12/2021. Rows include Ativo Circulante (Caixa, Contas a receber, etc.), Não circulante (Emprestimos, Depósitos judiciais, etc.), and Total do ativo.

Table with columns for Passivo e patrimônio líquido Circulante (Fornecedores, Empréstimos, etc.), Não circulante (Empréstimos, Passivos de arrendamento, etc.), Total do passivo Patrimônio líquido (Capital social, Reserva de capital, etc.), and Total do passivos e patrimônio líquido.

Table titled 'Demonstração do Resultado' showing Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais - R\$). Rows include Receita operacional líquida, Lucro bruto, Despesas operacionais, Resultado financeiro líquido, etc.

Table titled 'Demonstração do Resultado Abrangente' showing Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais). Rows include Lucro líquido do exercício, Outros resultados abrangentes, Resultado abrangente Total, etc.

Table titled 'Demonstração do Fluxo de Caixa' showing Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais). Rows include Fluxo de caixa das atividades operacionais, Fluxo de caixa das atividades de investimentos, Fluxo de caixa das atividades de financiamento, etc.

Table titled 'Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais - R\$)'. Rows include Saldo em 01 de janeiro de 2021, Resultado abrangente do exercício, Contribuições e Distribuições aos acionistas, etc.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2022 - Em milhares de reais - R\$ (Exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações gerais: 1.1 (a) Sobre a Companhia: A Apolo Tubulars S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na Cidade de Lorena, Estado de São Paulo. (b) Apresentação das demonstrações contábeis e autorização de emissão: As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, as quais não incluem impactos materiais nas demonstrações contábeis. A emissão das demonstrações contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis está definida abaixo e/ou apresentadas em suas respectivas notas explicativas. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo manifestação em contrário. Determinadas normas e interpretações contábeis foram emitidas pelo IASB, porém ainda não estão em vigor para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022. A Companhia não adotou antecipadamente nenhuma norma, e não espera que estas normas tenham impacto material nas demonstrações contábeis. A emissão das demonstrações contábeis foi autorizada pelo Conselho de Administração em 21 de março de 2023. 2.1. (b) Base de mensuração e apresentação: A preparação das demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas críticas. Este fato também exige que a Administração da Companhia exerça uma maior capacidade de julgamento na aplicação das políticas contábeis. Como o julgamento da Administração envolve a determinação de estimativas relacionadas a eventos futuros, os resultados podem diferir das demonstrações contábeis divergir dessas estimativas. Na preparação das demonstrações contábeis, a Companhia adotou algumas variáveis e premissas derivadas de sua experiência histórica, dentre outros fatores que entende como razoáveis e relevantes. Os resultados poderiam ser distintos dos estimados sobre premissas, variáveis ou condições diferentes, mas as áreas onde julgamentos e estimativas significativas foram feitas na preparação de tais demonstrações contábeis e seus efeitos referem-se a: a) Provisão para perdas esperadas com as contas a receber da Companhia; Nota 2.4 (b); e b) Provisão para contingências - Nota 2.3 (e). 2.1. (c) Consolidação: As controladas são consolidadas desde a data de aquisição, que corresponde à data na qual a Companhia obteve o controle, e serão consolidadas até a data que cessar tal controle. As principais práticas de consolidação adotadas foram as seguintes: - Eliminação do investimento da Controladora nas suas controladas; - Eliminação dos saldos das contas entre a Controladora e as suas controladas, bem como das contas mantidas em nome da Controladora; - Descontar os saldos das contas a receber das controladas no balanço patrimonial das demonstrações de resultados. Nas demonstrações contábeis individuais, os investimentos da Controladora em suas controladas são contabilizados com base no método da equivalência patrimonial. As demonstrações contábeis consolidadas incluem as investidas diretas mencionadas na nota 2.3 (g). 2.1. (d) Moeda funcional e conversão em moeda estrangeira: Os itens incluídos nas demonstrações contábeis da Companhia e de cada uma das empresas incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual as empresas atuam ("moeda funcional"). A moeda funcional da sua controlada Apolo Tubulars International Corporation é o dólar americano. As demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão apresentadas em Reais, que também é a moeda funcional da Companhia. 2.1. (e) Caixa e equivalentes de caixa: Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. Incluem caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras com vencimentos até 90 dias após o término da presente edição. A cobrança da liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de reavaliação. 2.1. (f) Classificação entre circulante e não circulante: A Companhia apresenta ativos e passivos em seu balanço patrimonial com base no prazo de vencimento ou no prazo de liquidação, não sendo classificado no circulante quando: a) Espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decorso normal do ciclo operacional da entidade; e está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado; b) Espera-se que seja realizado até 12 meses após a data do balanço; e c) É caixa ou equivalente de caixa (conforme definido no Pronunciamento Técnico CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa), a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedada durante pelo menos 12 meses após a data do balanço. Todos os demais ativos e passivos são classificados como não circulantes. Um passivo é classificado como circulante quando: a) Espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da Companhia; e está mantido essencialmente para a finalidade de ser negociado; b) Deve ser liquidado no período de até 12 meses após a data do balanço; e c) A Companhia não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos 12 meses após a data do balanço. Os termos de um passivo que podem, à opção da contraparte, resultar na sua liquidação por meio da emissão de instrumentos patrimoniais não afetam a sua classificação. A Companhia classifica todos os demais passivos no não circulante. Os ativos passivos fiscais diferidos são classificados no ativo e passivo não circulante. 2.1. (g) Instrumentos financeiros: Contas a receber de clientes e provisão para perdas esperadas: As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias no decorso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos as perdas estimadas das contas a receber (impairment). Na prática são normalmente reconhecidas ao valor fair value, ajustado pela provisão para impairment, se necessária. A Companhia reconhece provisão para perdas de crédito esperadas para contas a receber de clientes de curto prazo por meio da utilização de matriz de provisões baseada na experiência de perda de crédito histórica não ajustada, quando tal informação representa a melhor estimativa razoável e sustentável. O custo com base em dados observáveis atuais para refletir os efeitos das condições atuais e futuras desde que tais dados estejam disponíveis sem custo ou esforços excessivos. As despesas com a constituição da perda estimada com crédito de liquidação duvidosa são registradas na rubrica "Despesas com vendas" na demonstração do resultado individual e consolidado. Quando não existe expectativa de recuperação destes créditos, os valores creditados na rubrica "Perda estimada com crédito de liquidação duvidosa" são revertidos para a perda contábil. 2.1. (h) Outras contas a receber: O custo de aquisição de ações de custo ou de realização, dos dois, o menor, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos. 2.1. (i) Estoques: Os estoques são registrados ao custo médio de aquisição ou produção, que não supera os valores de mercado ou valor líquido de realização. O custo desses estoques é reconhecido no resultado quando da venda ou obsolescência. O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende matérias-primas, mão de obra direta, outros custos diretos e despesas gerais de produção relacionadas (com base na contabilidade operacional normal), exceto os custos das perdas por "impairment", quando aplicável. Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados como despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo de longo prazo. O custo de ativos não circulantes é mensurado pelo custo amortizado. A Companhia e de sua controlada, originadas de operações de arrendamento mercantil do tipo financeiro, são registradas como se fosse uma compra financeira, reconhecendo no início de cada operação um ativo imobilizado e um passivo de financiamento, sendo os ativos também submetidos às depreciações calculadas de acordo com as vidas úteis estimadas dos respectivos bens e duração do contrato, nos casos em que não há a opção de compra. Os terrenos não são depreciables. A depreciação de ativos é calculada pelo método linear, para distribuir seu valor de custo ao longo da vida útil estimada, como segue: Descrição Vida Útil Imóveis 10 a 20 anos Máquinas e Instalações industriais 10 a 12 anos Móveis e utensílios 10 anos Veículos 5 a 7 anos Computadores e periféricos 5 anos Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. Os ganhos e as perdas em alienações são apurados comparando o valor da venda com o valor residual contábil e são reconhecidos na demonstração do resultado. 2.1. (k) Redução ao valor recuperável de ativos: O valor contábil líquido dos ativos é avaliado anualmente para identificar evidências de redução ao valor recuperável que tenham por objeto bens corporativos ou outros ativos. Quando aplicável, indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando aplicável, se houver perda decorrente das situações em que o valor contábil do ativo ultrapassar seu valor recuperável, haverá uma perda por desvalorização gerando com isto um ajuste no resultado do exercício. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo para o ativo. Quando não há mercado ativo, o preço de mercado é determinado com base em dados de mercado de ativos semelhantes. 2.1. (l) Contas a pagar - Fornecedores: As contas a pagar aos fornecedores e as outras contas a pagar são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o

uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente. 2.1. (m) Empréstimos e financiamentos: Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estão em vigor, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço. 2.1. (n) Provisões para contingências: Reconhecidas quando a Companhia e sua controlada têm uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. As provisões são quantificadas ao valor presente do passivo esperado para liquidar a obrigação, sendo utilizada a taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo. São atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos assessores legais da Companhia. Os fundamentos e a natureza das provisões para riscos tributários, civis e trabalhistas estão descritos na Nota 2.3. 2.1. (o) Imposto de renda e contribuição social: As despesas de imposto de renda e contribuição social são reconhecidas no resultado líquido do exercício. Os impostos sobre o lucro são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido. O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço no país em que a Companhia atua e gera lucro tributável. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações contábeis. Entretanto, o imposto de renda e contribuição social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de uma obrigação ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal). O imposto de renda e contribuição social diferidos são determinados, usando alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido ativo for realizado ou quando o imposto diferido passivo for liquidado. O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que os impostos de renda futuros serão produzidos e contra o qual as provisões temporárias possam ser usadas. Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legalmente de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos se relacionam com os impostos de renda incidentes pela mesma autoridade tributária sobre a entidade tributável ou diferentes entidades tributáveis e não há intenção de liquidar a dívida em uma única transação. 2.1. (p) Provisão para ações em liquidação por ação é calculado com base no CPC 4/11AS 33. O cálculo do lucro líquido por ação é efetuado através da divisão do lucro (prejuízo) do período, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o mesmo período. O lucro líquido por ação é calculado através da divisão do lucro (prejuízo) atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o período. 2.1. (q) Composição de capital social: O custo de aquisição de ações ordinárias é calculado com base no preço de mercado de um mercado ativo para o ativo. Quando não há mercado ativo, o preço de mercado é determinado com base em dados de mercado de ativos semelhantes. 2.1. (r) Distribuição de dividendos: A Companhia reconhece um passivo para pagamento de dividendos quando essa distribuição é autorizada e decaída de ser uma opção da empresa ou ainda quando previsto em Lei. Conforme a legislação societária vigente, uma distribuição é autorizada quando aprovada pelos acionistas e o montante correspondente é diretamente reconhecido no patrimônio líquido. A legislação societária estabelece ainda o requerimento de pagamento de um dividendo mínimo obrigatório, após efetuados os ajustes ao lucro auferido no exercício e destinação das reservas também previstas no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações. 3. Eventos Subsequentes: Em relação à CLERMO BRASIL, a Companhia não reconhece o aumento do Superano Trib Federal ("STF"), por unanimidade de votos, a qual considerou que uma decisão definitiva sobre tributos recolhidos de forma continuada perde seus efeitos caso o STF se pronuncie ainda que posteriormente em sentido contrário, após consulta aos advogados que patrocinam causas tributárias para a Companhia e suas controladas, não identificamos qualquer processo que seja afetado pela referida decisão.

Table titled 'Composição do Conselho de Administração' and 'Composição da Diretoria'. Rows include names of directors and their positions.

George Abi-Rihan Cordeiro - CRC-BA 01312/0-3 T-R - CPF nº 665.172.817-20

Relatório de Auditoria sobre as Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas. O relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), foi emitido pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda., em 24 de março de 2023, sem modificações. A integra das demonstrações contábeis da Companhia e do relatório dos auditores independentes encontram-se disponíveis nos endereços eletrônicos que estão informados nesta publicação resumida.

EDITAL DE INTIMAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 0011534-06.2021.8.26.0001 (O/A) MM. Juiz(a) de Direito da 6ª Vara Cível, do Foro Regional I - Santana, Estado de São Paulo, (Dr/a). Marcia Celina Monteiro Frazão, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1020133-34.2019.8.26.0405 (O/A) MM. Juiz(a) de Direito da 6ª Vara Cível, do Foro de Osasco, Estado de São Paulo, (Dr/a). Marcia De Mello Calafornio Herrero, na forma da Lei, etc. Faz SABER a

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 30 DIAS. PROCESSO Nº 1000417-54.2018.8.26.0045 (O/A) MM. Juiz(a) de Direito da 1ª Vara, do Foro de Arujá, Estado de São Paulo, (Dr/a). NAIRA BALDI MACCHADO, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1028342-64.2017.8.26.0577. (O/A) MM. Juiz(a) de Direito da 5ª Vara Cível, do Foro de São José dos Campos, Estado de São Paulo, (Dr/a). Patrícia Helena Feltes Milani, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 0019504-18.2019.8.26.0554. (O/A) MM. Juiz(a) de Direito da 6ª Vara Cível, do Foro de Santo André, Estado de São Paulo, (Dr/a). Bianca Ruffolo Chojniak, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 30 DIAS. PROCESSO Nº 1006191-54.2018.8.26.0506 (A) MM. Juiz(a) de Direito da 1ª Vara, do Foro de Arujá, Estado de São Paulo, (Dr/a). NAIRA BALDI MACCHADO, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 30 DIAS. PROCESSO Nº 0082037-52.2019.8.26.0100. (O/A) MM. Juiz(a) de Direito da 3ª Vara Cível, do Foro Regional IV - Lapa, Estado de São Paulo, (Dr/a). Adriana Genesio Ferraz Basso, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1004227-20.2018.8.26.0008 (O/A) MM. Juiz(a) de Direito da 1ª Vara Cível, do Foro Regional VII - Itaipava, Estado de São Paulo, (Dr/a). Fábio Rogério Boido Pellegrino, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 30 DIAS. PROCESSO Nº 1006191-54.2018.8.26.0506 (A) MM. Juiz(a) de Direito da 1ª Vara, do Foro de Arujá, Estado de São Paulo, (Dr/a). NAIRA BALDI MACCHADO, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1005663-40.2019.8.26.0100 (O/A) MM. Juiz(a) de Direito da 9ª Vara Cível, do Foro Regional I - Santana, Estado de São Paulo, (Dr/a). Clóvis Ricardo de Toledo Junior, na forma da Lei, etc. FAZ SABER MARCEL

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1001160-49.2021.8.26.0590 (O/A) MM. Juiz(a) de Direito da 4ª Vara Cível, do Foro de São Vicente, Estado de São Paulo, (Dr/a). Márcio Roberto Negreiros Velloso, na forma da Lei, etc. FAZ SABER

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1004978-73.2021.8.26.0002 (O/A) MM. Juiz(a) de Direito da 4ª Vara Cível, do Foro Regional I - Santo Amaro, Estado de São Paulo, (Dr/a). JESSICA DE PAULA COSTA MARCELINO, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1002808-14.2021.8.26.0587. (O/A) MM. Juiz(a) de Direito da 2ª Vara Cível, do Foro de São Sebastião, Estado de São Paulo, (Dr. Guilherme Kirschner, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1011809-87.2021.8.26.0100 (O/A) MM. Juiz(a) de Direito da 4ª Vara Cível, do Foro Regional I - Santo Amaro, Estado de São Paulo, (Dr/a). JESSICA DE PAULA COSTA MARCELINO, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 30 DIAS. PROCESSO Nº 1006828-17.2021.8.26.0565 (O/A) MM. Juiz(a) de Direito da 5ª Vara Cível, do Foro de Santo André, Estado de São Paulo, (Dr/a). Adriana Bertoni Hölzl Azevedo, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a

EDITAL DE INTIMAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 0005208-13.2022.8.26.0182. (O) MM. Juiz de Direito da 2ª Vara Cível, do Foro de Cotia/SP. Dr. Rodrigo Aparecido Bruno de Godoy, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1018039-87.2021.8.26.0100 (O/A) MM. Juiz(a) de Direito da 4ª Vara Cível, do Foro Regional I - Santo Amaro, Estado de São Paulo, (Dr/a). JESSICA DE PAULA COSTA MARCELINO, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 30 DIAS. PROCESSO Nº 1006828-17.2021.8.26.0565 (O/A) MM. Juiz(a) de Direito da 5ª Vara Cível, do Foro de Santo André, Estado de São Paulo, (Dr/a). Adriana Bertoni Hölzl Azevedo, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a

EDITAL DE INTIMAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1002808-14.2021.8.26.0587. (O/A) MM. Juiz(a) de Direito da 2ª Vara Cível, do Foro de São Sebastião, Estado de São Paulo, (Dr. Guilherme Kirschner, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1006862-29.2017.8.26.0002 (O/A) MM. Juiz(a) de Direito da 12ª Vara Cível, do Foro Regional I - Santo Amaro, Estado de São Paulo, (Dr/a). Luciana Ferrari Nardi Amaral, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 0029457-08.2022.8.26.0002 (O/A) MM. Juiz(a) de Direito da 4ª Vara Cível, do Foro Regional I - Santo Amaro, Estado de São Paulo, (Dr/a). JESSICA DE PAULA COSTA MARCELINO, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a

EDITAL DE INTIMAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 0012811-33.2021.8.26.0001. (O) MM. Juiz de Direito da 9ª Vara Cível do Foro Regional I - Santana/SP. Dr. Marcelo Saura, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1006386-29.2017.8.26.0002 (O/A) MM. Juiz(a) de Direito da 12ª Vara Cível, do Foro Regional I - Santo Amaro, Estado de São Paulo, (Dr/a). Luciana Ferrari Nardi Amaral, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 0029457-08.2022.8.26.0002 (O/A) MM. Juiz(a) de Direito da 4ª Vara Cível, do Foro Regional I - Santo Amaro, Estado de São Paulo, (Dr/a). JESSICA DE PAULA COSTA MARCELINO, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a